



# HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional  
de História-ANPUH

Organizadores  
Ismênia de Lima Martins  
Rodrigo Patto Sá Motta  
Zilda Gricoli Iokoi

# HISTÓRIA E CIDADANIA

**XIX Simpósio Nacional da ANPUH**  
Belo Horizonte - MG - julho de 1997

**vol. II**

**ANPUH**  
*Humanitas*  
PUBLICAÇÕES  
#FLCH/USP

1998

# Os expostos de Catas Altas: estratégias de sobrevivência em uma comunidade camponesa. Minas Gerais: 1775-1875

Renato Pinto Venancio  
Universidade Federal de Ouro Preto

**D**urante os séculos XVIII e XIX, milhares de crianças foram abandonadas, dadas a criar ou enviadas às Santas Casas da Misericórdia brasileiras. Os estudos até agora realizados mostram, porém, que havia uma marcante diferenciação na frequência do abandono de acordo com a área sócio-econômica em que o fenômeno ocorria. Paradoxalmente, as regiões que dispunham de maiores recursos econômicos, as que estavam mais bem inseridas nas malhas do mercado internacional, eram as que apresentavam os mais elevados índices de crianças enjeitadas<sup>1</sup>.

Nas regiões agrícolas compostas por pequenos lavradores, o abandono era raro, a “família” consistia em uma unidade de produção fundamental, dependendo por isso mesmo da força de trabalho dos filhos, inclusive os de tenra idade. No meio camponês, os órfãos sem parentes próximos, ou dispostos a recebê-los, viviam como “agregados”, ou seja, eram incorporados aos domicílios como *moradores de favor*.

A introdução do sistema de assistência à infância neste tipo de sociedade criava uma situação inteiramente nova. Através da análise da documentação referente a Catas Altas, observaremos que a multiplicação de enjeitados não traduzia uma desatenção ou desamor à criança, mas sim decorria do reforço na tradição de

“agregação familiar”, principalmente em uma conjuntura de aumento dos recursos destinados à assistência.

Talvez esse seja o aspecto mais surpreendente do sistema assistencial que vigorou no Brasil durante os séculos XVIII e XIX e deixou marcas indeléveis até os nossos dias: as famílias pobres tentaram constantemente “traduzir” as regras que guiavam o socorro público para o universo cultural a partir do qual elas se organizavam. Ao fazerem isso, os pobres, principalmente os do meio camponês, acabaram muitas vezes por inverter a lógica do abandono, transformando o gesto em uma forma de proteger a criança.

#### OS EXPOSTOS DE CATAS ALTAS

A região de Catas Altas começou a ser povoada no início do século XVIII, sendo elevada à condição de paróquia em 1724<sup>2</sup>. A freguesia, subordinada à Câmara da Vila do Carmo, atual Mariana, foi palco de uma intensa atividade aurífera, tornando-se, após a exaustão das lavras, um centro voltado à agricultura de subsistência. Graças à sua localização estratégica, ponto de parada de tropeiros e comerciantes que se deslocavam no eixo Ouro Preto-Diamantina, a sede do arraial também conseguiu sobreviver à crise do ouro<sup>3</sup>, havendo inclusive o desenvolvimento de uma pequena camada de estalajadeiros, taberneiros, assim como de ferradores, carapinas e negociantes.

No início do século XIX, a evolução populacional de Catas Altas, embora apresentasse oscilações, não sugeria uma tendência à decadência ou à estagnação econômica (Tabela I). A maioria dos habitantes residia na área rural, sobrevivendo graças à produção de bens agrícolas e da pecuária voltada ao abastecimento do mercado regional ou intra-regional. Os homens de Catas Altas se dedicavam à lide agrícola, enquanto as mulheres desenvolveram um artesanato voltado para a produção de tecidos grosseiros. Os cativos também compunham um segmento importante da sociedade de Catas Altas: em algumas épocas chegaram a representar 41,5 % da população total e pertenciam em sua maior parte aos pequenos proprietários, senhores de até cinco escravos<sup>4</sup>.

TABELA I - POPULAÇÃO DE CATA ALTAS (1818-1873)

ANO	NÚMERO DE HABITANTES
1818	2.488
1822	2.179
1832	2.089
1838	2.421
1857	2.244
1873	7.768

Fonte: ANDRADE, Francisco Eduardo. *A Eroxada Complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado, FFCH/UFMG, 1994, p. 41; MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1981, vol. 2, p. 127; BOTELHO, Tarcísio R. "Catas Altas: fontes para a demografia histórica". In *Revista do LPH*, n° 7, 1997, p. 63.

Nesse universo, os meninos e as meninas viviam ocupados em diversas atividades. Nos censos mineiros elaborados por ordem das Câmaras, crianças cativas ou pobres de apenas três anos eram arroladas como pagens<sup>5</sup>. Quando atingiam os cinco ou seis anos, elas começavam a fazer pequenos serviços, como, por exemplo, levar água para quem estava trabalhando na roça. Aos sete ou oito, ajudavam na limpeza das plantações, na capina do mato, também fazendo pequenas compras no povoado. Ao atingir a faixa etária entre nove e quatorze anos, as meninas e os meninos apareciam nas *listas de habitantes* com profissões definidas, tais como costureira ou campeiro.

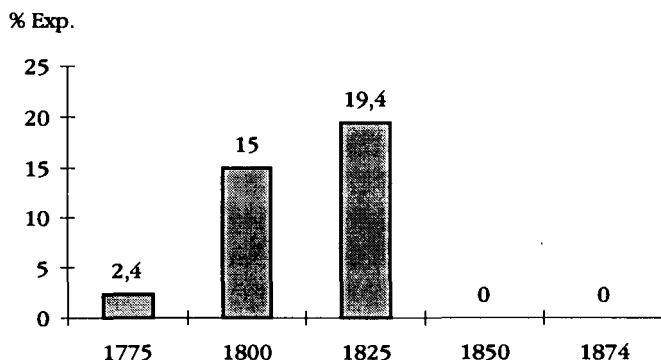
A importância da criança no meio rural operava como um escudo protetor contra o abandono. Através dos registros paroquiais de batismos, percebe-se que, em fins do século XVIII, a cifra de enjeitados de Catas Altas era da ordem de 2,4 %; índice bastante modesto que pode ser comparado aos de outras áreas camponesas do Brasil oitocentista. No início do século XIX ocorre,

porém, uma súbita transformação. Como pode ser observado no Gráfico I, em 1800, o percentual de expostos aumentou intensamente, passando a envolver cerca de 15 % das crianças batizadas. Tal tendência persistiu nas décadas seguintes, para então, a partir da década de 1850, sofrer uma inflexão, dando origem a uma realidade em que o abandono de crianças deixou de ser registrado.

Ora, a primeira constatação a ser feita é a de que essa evolução, à primeira vista, contraria nossas afirmações iniciais. Afinal, em Catas Altas os índices de abandono de crianças registrados na primeira metade do século XIX parecem se comportar como os identificados nas áreas urbanas. Uma explicação para essa contradição seria a de ver, nas curvas do abandono, uma espécie de reflexo da evolução econômica e demográfica da região. Do ponto de vista da história sócio-econômica, é tentador ver no ciclo que vai de 1775 a 1825 um sintoma de aumento da pobreza entre os habitantes de Catas Altas. No entanto, ficaríamos constrangidos ao aplicar idêntico argumento à evolução ocorrida entre 1825 e 1874. Caso aceitemos o percentual de expostos como uma espécie de “termômetro” da pobreza, teríamos de admitir que Catas Altas, repentinamente, deixou de produzir pobres.

#### GRÁFICO 1

% DE EXPOSTOS BATIZADOS NA PARÓQUIA DE CATAS ALTAS: 1775-1874

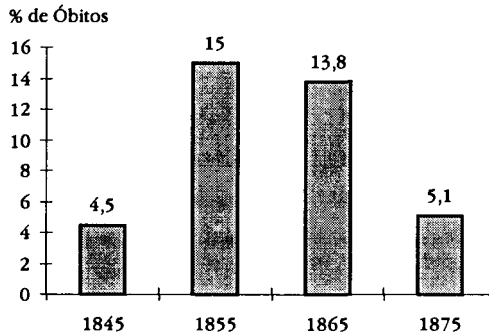


Fonte: Livro de Batismo da Paróquia de Catas Altas do Mato Dentro, Arquivo da Cúria Diocesana de Mariana, cód. G-04, 05, 06 e 08.

Ao investigar os dados paroquiais constata-se o inverso: no período supracitado, observa-se a multiplicação do número de pobres. Isso ficou registrado nas atas de óbitos em que os padres anotavam regularmente a ocorrência de enterros “por esmola”, enterros daquelas pessoas cujos familiares não dispunham de recurso algum para realização da cerimônia fúnebre. No Gráfico II, apresentamos os percentuais relativos a essas ocorrências. Como pode ser observado, no período em que as crianças deixaram de ser enjeitadas, o número de miseráveis e indigentes de Catas Altas tendeu a crescer.

## GRÁFICO 2

% DE ÓBITOS DE POBRES EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ÓBITOS DA  
POPULAÇÃO LIVRE EM CATAS ALTAS: 1845-1875



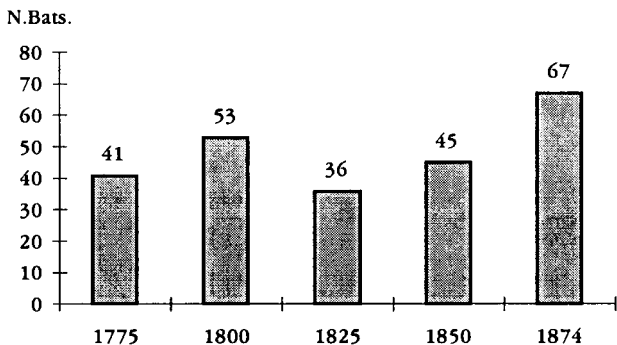
Fonte: Livro de Óbitos da Paróquia de Catas Altas do Mato Dentro, Arquivo da Cúria Diocesana de Mariana, cód. H-07 e H-08.

Por outro lado, também poderíamos interpretar as variações das curvas em função das flutuações demográficas. Segundo esse modo de ver, o abandono aumentaria em função do crescimento do número de habitantes e desapareceria em razão de um suposto colapso demográfico ocorrido na segunda metade do século XIX. Porém, as informações da Tabela I e do Gráfico III descartam esse tipo de explicação. Entre 1825 e 1874, o número de habitantes aumentou em 300% e o número de batizados de crianças livres praticamente dobrou.

Uma terceira explicação, compartilhada por vários historiadores, seria a de ver no aumento do número de expostos um sintoma de crise moral, resultado da multiplicação de amores ancilares ou da prostituição. Nesse caso também deparamos com o mesma incongruência das duas interpretações citadas anteriormente: como explicar o súbito surto de “devassidão” no período 1775-1825, seguido do “puritanismo” do período 1825-1874?

### GRÁFICO 3

NÚMERO DE BATISMO DE CRIANÇAS LIVRES EM CATAS ALTAS: 1775-1874



Fonte: Livro de Batismo da Paróquia de Catas Altas do Mato Dentro, Arquivo da Cúria Diocesana de Mariana, cód. G-04, 05, 06 e 08.

Qual seria a explicação para a paradoxal evolução do abandono de crianças na paróquia de Catas Altas? Acreditamos ser possível responder a esse enigma através da análise do funcionamento da assistência camarária. Em Catas Altas, freguesia rural subordinada à Câmara de Mariana, o socorro à infância carente tornou-se regular a partir de meados do século XVIII. Fundamentalmente, ele consistia no seguinte procedimento: todo aquele que encontrasse ou recebesse uma criança enjeitada deveria levá-la à presença do pároco que a batizava. Uma vez de posse da cópia da ata de batismo, o homem ou a mulher que havia acolhido o bebê podia solicitar à Câmara o registro da criança no Livro de

Matrículas de Expostos. Caso o enjeitado conseguisse ser matriculado, o criador ou criadeira passava a receber (mensalmente, trimestralmente, anualmente, ou ao final da criação) um determinado pecúlio até o menino ou menina completar os três ou sete anos de idade.

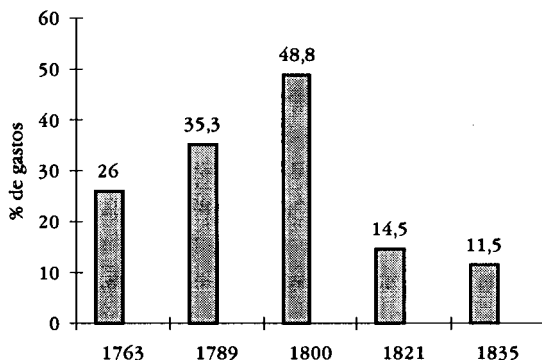
Inicialmente, o auxílio administrado pelo Senado da Câmara marianense era restrito à freguesia urbana ou então às que ficavam próximas à sede do *termo*. Com o passar dos anos, porém, o raio de ação do auxílio foi sendo ampliado até, em meados do século XVIII, atingir Catas Altas. Ora, através do Gráfico IV percebe-se que o ciclo de abandono intenso em Catas Altas, que vai de 1775 a 1825, está inserido no período de apogeu de gastos camarários com enjeitados.

A Câmara marianense despendia verdadeiras fortunas com os pequenos desamparados, chegando a comprometer quase a metade dos gastos orçamentários no pagamento de criadeiras e criadores. Para termos uma idéia ainda mais clara da importância desses gastos, podemos compará-los aos valores atribuídos aos escravos. Como é sabido, os cativos encarnavam o “bem econômico” por excelência no período colonial. Na Tabela II os gastos com expostos são comparados aos preços atribuídos aos escravos. O resultado desse exercício é revelador: tendo em vista os padrões econômicos da região em foco, podemos afirmar que a despesa com a assistência envolvia, em alguns anos, recursos que dariam para formar uma fazenda escravista.

A segunda fase do ciclo do abandono, que se estende entre 1825 e 1874, também parece ter sido influenciada por modificações de ordem institucional. Na década de 1840, ocorre uma mudança fundamental na freguesia de Catas Altas: ela deixa de ser subordinada à Câmara de Mariana, passando então à área municipal de Santa Bárbara. Na documentação dessa última localidade não consta que, no século XIX, a Câmara local tenha estabelecido auxílio aos expostos<sup>6</sup>.

## GRÁFICO 4

% DE GASTOS COM EXPOSTOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE GASTOS DA  
CÂMARA DE MARIANA: 1763-1835



Fonte: Livro de matrícula de Expostos da Câmara de Mariana em relação ao preço de escravos: 1763-1835.

QUADRO 3 - TOTAL DE GASTOS COM EXPOSTOS DA CÂMARA DE MARIANA EM RELAÇÃO AO PREÇO DE ESCRAVOS: 1763 - 1835

ANO	TOTAL DE GASTOS COM EXPOSTOS	PREÇO DE 1 ESCRAVO	GASTOS COM EXPOSTOS: EQUIVALENTE EM TERMOS DE PREÇO DE ESCRAVOS
1763	1.282\$725	120\$000	10 escravos
1789	2.756\$971	125\$000	22 escravos
1800	1.989\$508	150\$000	13 escravos
1821	469\$672	200\$000	2 escravos
1835	345\$000	240\$000	1 escravo

Fonte: Livro de Matrícula de Expostos. *Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana*, códices 124, 151, 277, 373. MATTOSO, Kátia Q. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 92-95.

## AS REAÇÕES DOS OFICIAIS DA CÂMARA

De certa maneira, desde meados do século XVIII, os vereadores mineiros perceberam que, no meio rural, a assistência reforçava e ampliava a tradição de “agregação familiar”. Em 1748,

os oficiais da Câmara marianense votaram um “mandado” que tinha por objetivo restringir o auxílio às crianças encontradas em terrenos baldios ou nos “monturos”. Segundo a determinação camarária, deveria ser mantido um “registro de mulheres grávidas”, que não fossem legalmente casadas( ou seja, daquelas que mais dificuldades teriam para manter uma família), com o objetivo de facilitar a identificação da mãe que enviava o filho de um domicílio a outro.

O alcaide deveria ser responsável pela confecção de tais registros:

O Doutor presidente e mais oficiais da Câmara desta leal Cidade de Mariana e seu termo, mandamos ao Alcaide desta Cidade que por bem deste nosso mandado indo por nos assinado notifique a toda mulher desta Cidade que não for casada em face de Igreja que se achar pejada para que depois de seu parto a vinte dias venha dar parte a este Senado do feto que teve com a omissão de que não fazendo assim a dita pejada, e não dando conta do dito Termo da sua barriga, pagará cinquenta oitavas de ouro(...)<sup>7</sup>

Os vereadores reconheciam implicitamente a existência de duas formas bem diferentes de “abandono”; a primeira implicava em risco de vida da criança, sendo quase um infanticídio, como ocorria com os bebês deixados em calçadas e caminhos; já a segunda forma de “enjeitamento” nada mais era do que o recurso à tradicional “agregação familiar”<sup>8</sup>. Ao invés de expressar *falta de amor* ou *irresponsabilidade*, esse segundo tipo de “abandono” passou a ser um meio de os camponeses e camponesas de Catas Altas aliviarem temporariamente seus gastos domésticos<sup>9</sup>, ao mesmo tempo em que contribuíam para aumentar os parques rendimentos das *famílias criadeiras*. Não deixa de ser interessante observar a inexistência, no registro paroquial cata-altense, de recém-nascidos abandonados em terrenos baldios ou nos depósitos de lixo. Além disso, na *lista de habitantes* de 1822<sup>10</sup>, elaborada no período de abandono intenso, nenhuma criança foi registrada como exposta ou enjeitada, sugerindo assim a recomposição das unidades familiares após a matrícula no auxílio camarário.

## NOTAS

- <sup>1</sup> A título de exemplo, podemos citar Vila Rica e Rio de Janeiro que, durante a segunda metade do século XVIII, apresentaram índices de crianças abandonadas da ordem de 10 a 21 %, ao passo que na periferia da cidade de São Paulo ou em Ubatuba do início do século XIX, localidades que dependiam da agricultura de subsistência, os índices de abandono eram da ordem de 0,6 a 2,8 %, ver MARCILIO, Maria Luiza e VENANCIO, Renato Pinto. “Crianças abandonadas e primitivas formas da sua proteção, Séculos XVIII e XIX.” Brasil. In *Anais do VII encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte, ABEP/CNPq, vol. I, 1990, pp. 325-326.
- <sup>2</sup> MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1981, vol. 2, p. 127.
- <sup>3</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. *A Enxada Complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado, FFCH/UFMG, 1994, p. 41
- <sup>4</sup> *Idem*, pp. 149-172
- <sup>5</sup> Alguns exemplos podem ser encontrados no *Recenseamento de Vila Rica (1804)*, publicado por Herculano Gomes Mathias. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1969, p. 130. A respeito do trabalho das crianças, ver: FUKUI, Lígia G. “A riqueza do pobre - relação pais e filhos entre sitiantes tradicionais brasileiros”. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 14, 1973, pp. 75-80. MOTT, Maria Lúcia de Barros. “A criança escrava na literatura de viagem”. In *Cadernos de pesquisa*. nº 31, 1979, pp. 57-68.
- <sup>6</sup> Nas “coleções de leis” da Província de Minas Gerais eram publicados os orçamentos das câmaras, consultamos os volumes referentes aos anos de 1835 e 1859, não encontrando referência alguma à assistência camarária aos expostos de Santa Bárbara. Os registros paróquias locais, referentes ao ano de 1840, também não indicam a existência de expostos na localidade.
- <sup>7</sup> Registro de um mandado que o Senado mandou passar (1748). *Arquivo Histórico da Câmara de Mariana*, cód. 554. Aparentemente, esse mandado nunca foi colocado em prática.
- <sup>8</sup> Em 1760, os vereadores fizeram uma nova investida, só que agora temendo que os senhores de escravos também comessem a recorrer ao auxílio da Câmara; no intuito de impedir que isso ocorresse, os oficiais começaram a cancelar as matrículas de expostos negros, SOUZA, Laura de Mello. “O Senado da Câmara e as crianças expostas”. In DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1991, pp. 28-43.
- <sup>9</sup> Tais práticas, obviamente, não eram restritas a Catas Altas e, no século XX, acabaram por inverter os objetivos das instituições destinadas ao “menores abandonados”, ver: FONSECA, Cláudia. “O internato do pobre: Febens e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa renda.” In *Temas IMEC*, nº 4, 1987, pp. 21-39.
- <sup>10</sup> Lista Nominativa de Habitantes de Catas Altas do Mato Dentro (1822). *Arquivo Histórico da Câmara de Mariana*, cód. 154.